

A SOCIOLOGIA POLÍTICA DO RECONHECIMENTO

De: Patrícia MATTOS

A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.
São Paulo: Annablume, 2009. 163 páginas.

Por: Ana Maria Almeida Marques

Aluna do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bacharel em Direito pela Faculdade Farias Brito.

O reconhecimento diz respeito a um fenômeno cujo paradigma maior é o conflito social gerado a partir da percepção que um sujeito tem do outro no contexto da interação social. Reconhecer-se e ser reconhecido são, portanto, formas de olhar que se complementam e constituem o processo de identificação.

A constituição do homem pelo fenômeno comunicativo, base do reconhecimento mútuo, indica que as relações intersubjetivas são essenciais no construir-se humano. A autora, Patrícia Mattos, afirma que Axel Honneth sugere a ideia de que, somente por meio das relações intersubjetivas, os sujeitos constroem e consolidam suas capacidades.

No mundo do trabalho contemporâneo, cujas políticas indicam o caráter precarizador das atividades laborais, as pessoas excluídas, ou sem chance de inclusão, são atingidas exatamente em sua autoimagem e, por consequência, se vêem afetadas em sua autoestima, autoconfiança e autorrealização.

A luta por uma construção identitária pode ser compreendida sob o mesmo enfoque de uma luta pelo reconhecimento, partindo-se da compreensão de que é a consumação de valores comuns (partilhados) que permite a edificação de uma concepção de si, como sujeito de dignidade e valor social.

Trata a autora, nesta obra, de refletir acerca de um movimento que percebe a necessidade de inclusão dos sujeitos em espaços sociais, caracterizados por uma luta constante e insistente de aceitar-se e ser aceito.

No livro, Patrícia Mattos apresenta as principais contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser acerca desta luta, cujo âmbito alcança uma “bi-dimensionalidade” caracterizada pelo que identifica o sujeito para si (*self*) e o faz reconhecido pelo outro. Isto é, a discussão que permeia a obra trata do debate empreendido entre o que constitui a subjetividade e identidade individual, e o que é construído coletivamente. Tangencia a luta por reconhecimento da própria formação do Estado contemporâneo, no qual os cidadãos passaram a se reconhecer como sujeitos de direitos e deveres, em um movimento que ultrapassa os limites do status social, considerando-se, igualmente, que viver em um sistema democrático requer muito mais do que com ele contribuir ou concordar, mas passa pela necessidade de existir faticamente e atuar enquanto cidadão. Neste sentido, a autora indica que a concepção de indivíduo (de si e para o outro – a construção de uma identidade socialmente reconhecida) contribui para a fundação de

uma organização sociopolítica capaz de fundamentar o que se entende por direitos humanos.

No cerne da obra, há a apresentação das concepções dos três autores, já aqui mencionados, cada qual com seu ponto de vista acerca do reconhecimento. Reitera-se que o presente estudo pretende trazer à tona os conceitos da teoria sociológica do reconhecimento, quando propugna que a concretização do valor *dignidade humana* não passa apenas pela efetivação dos direitos constitucionalmente ou socialmente postos através da vontade do legislador, mas, essencialmente, é atravessado pela idéia de reconhecimento, traduzida pelo trinômio autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

Ao abordar a concepção de Charles Taylor, a autora destaca a idéia segundo a qual cada pessoa é dotada de uma singularidade, que precisa ser socialmente reconhecida. Daí falar do convívio entre as diferenças e a aceitação destas para que em sociedade seja possível uma harmonia.

Além disso, afirma ainda que a concepção tayloriana do reconhecimento deve estar calcada na realidade. Nas suas palavras,

(...) o sujeito só pode ser compreendido em situação, ou seja, fugindo-se do hábito intelectualista de imaginá-lo como possuidor de representações abstratas e deslocado da prática (2009, p. 39).

Assim, é o concreto que possibilita a compreensão do indivíduo e da necessidade de reconhecimento, já que, na perspectiva de Taylor, “(...) a identidade é definida a partir da faculdade de se avaliar fortemente” (2009, p. 45): uma idéia que leva a pensar a esfera da interioridade humana.

Tal avaliação pressupõe que não são os sujeitos que determinam os paradigmas constitutivos

da forma de se autoavaliar: há um conjunto de conceitos pré-construídos culturalmente, que de modo significativo contribuem para essa estruturação da identidade.

Já na teoria honnethiana, a autora indica que o sociólogo articula ao reconhecimento a noção de língua, que, em sua concepção, é o que rompe o conceito metafísico de espírito, até então, preponderante nas idéias de Hegel.

Axel Honneth baseou seus estudos nas investigações realizadas pelo psicólogo social Herbert Mead, que indicava haver a necessidade de construção do reconhecimento como um processo recíproco. Portanto, não se trataria de uma esfera afeita ao individual, ao contrário do pensamento de Taylor, mas contemplaria um traço coletivo, pela necessidade da interação com o outro. Para Honneth, na atualidade “(...) é a divisão do trabalho que aparece como possibilidade de distinção entre os indivíduos, capaz de lhes dar a consciência de sua especificidade” (2009, p. 89).

Dito de outra forma, o reconhecimento social e de si não se dá mais pela posição social ocupada a partir de um ramo de família. A honra e o *status* social herdado não mais constituem, ao menos de modo significativo, o acervo de valores que prestam ao indivíduo um determinado tipo de identidade e reconhecimento. Há, segundo a autora, uma espécie de “dissolução das hierarquias sociais baseadas no nascimento, na concepção de honra aristocrática (...)” (2009, p. 93).

O reconhecimento, portanto, se dá na esfera da liberdade e da igualdade, que a própria sociedade burguesa foi capaz de construir como pilares ideológicos. É neste sentido que Honneth enxerga a ligação entre reconhecimento e linguagem, já que, a construção do sujeito é perpassada pelo que é capaz

de construir socialmente, possibilitando-lhe exercer uma autonomia, reafirmada pelo olhar do outro.

Segunda Patrícia Mattos, na concepção honnethiana, a liberdade é um valor que só tem sentido se reconhecido por todos:

(...) só posso ter certeza de que minhas pretensões de garantia de liberdades individuais serão realizadas, se reconheço que elas só são possíveis porque são reconhecidas por meus outros parceiros de interação que são livres e autônomos (2009, p. 91).

Sob esta lógica, necessariamente há que se perceber a existência de uma dimensão de reconhecimento social, atravessada pelo conceito de “solidariedade social desenvolvido por Honneth (...)” (2009, p. 93), que pode atribuir aos sujeitos traços singulares de suas individualidades, de modo a serem reconhecidas como necessárias ao meio social e, já por isto, instituidoras de valor para si (auto reconhecimento).

Assim, Honneth põe em destaque a luta por reconhecimento em contraponto ao conceito clássico de luta de classes proposto por Karl Marx, já que, na sociedade contemporânea, o capital simbólico, o aparente, o que o sujeito agrega a si, enquanto característica interessante para a sociedade (mercado), é o que vai indicar quais traços formadores da identidade do sujeito X são mais valorados. Para Mattos, “os conflitos sociais são, antes de tudo, lutas por reconhecimento” (2009, p. 94), o que Honneth entende como lutas simbólicas, Taylor, como lutas naturais e Fraser, como lutas por redistribuição de riquezas e valores.

Nancy Fraser, segundo Patrícia Mattos (2009, p. 142), trata das lutas por reconhecimento como um fenômeno pós-socialista e que pode ser conceituado como “(...) uma nova configuração da ordem

mundial globalizada e multicultural, na qual as lutas por redistribuição são paulatinamente substituídas por reconhecimento (...)”. Isto é, Fraser propõe uma ligação entre a luta por reconhecimento dos movimentos sociais e das demandas que os representam ou que representam no contexto social contemporâneo. A preocupação da socióloga é com a cisão que possa existir entre as “(...) dimensões dos conflitos sociais, a dimensão econômica e a cultural, que estão normalmente associadas” (2009, p. 143).

A discussão empreendida por Nancy Fraser passa pela consideração de que é necessário vencer as injustiças sociais, através do fortalecimento entre o reconhecimento cultural e a igualdade social.

Do ponto de vista metodológico, o livro propõe uma forma diferenciada de se conduzir o debate em torno da construção identitária e do reconhecimento, sempre sugerindo reflexões instigantes, ao por em contato o que há em comum e o que diferencia os posicionamentos de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.

O desafio posto pela autora é o de se pensar a relevância da estima social como paradigma para a realização do homem na atualidade; é refletir acerca dos interesses de mercado, que reificam este homem e elevam, ao patamar máximo de reconhecimento, a capacidade laborativa e as características produtivas que possam concretizar os fins do capital; é, enfim, discutir a respeito dos valores igualdade e liberdade para além do formalismo legal, considerando a economia, a cultura, as subjetividades e as práticas sociais como elementos concretos de um reconhecimento imprescindível ao homem contemporâneo e elementar à sua construção identitária.

(Recebida para publicação em janeiro/2012.
Aceita em fevereiro/2012)